

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A QUESTÃO DO IMAGINÁRIO: EM BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS

Ana Paula Paes de Paula*
Daniel Calbino**
Dimitri Toledo***
Fernanda Tarabal****
Leonardo Mascarenhas*****
Raquel Barreto*****

Resumo

A Economia Solidária é hoje um movimento dividido em duas correntes teóricas que dão ensejo a dois projetos políticos distintos: um conservador, de inserção de trabalhadores na economia capitalista, e outro radical, de transformação da economia e estabelecimento de novos valores sociais. Com relação ao projeto radical, vários desafios se interpõem no percurso, desafios estes que se ligam, principalmente, à dificuldade de modificar os valores que sustentam as novas práticas. Nesse sentido, este trabalho busca demonstrar a contribuição da noção de Imaginário Social na mudança de valores e efetivação de um projeto radical de Economia Solidária. Acredita-se que o entrelaçamento entre estrutura e cultura, entre práticas e valores deve ser indissociável, e ter como pano de fundo e força motriz o imaginário social.

Palavras-chave: Economia solidária. Imaginário. Cultura. Subjetividade. Valores sociais.

Solidary Economy and the Issue of the Imaginary: in search of new perspectives

Abstract:

Solidary Economy is now a movement divided into two theoretical lines, giving rise to two different political projects: a conservative one with the inclusion of workers in the capitalist economy, and the other radical one, the transformation of the economy and establishment of new social values. With the radical project, several challenges are in the way, and these challenges are linked mainly to the difficulty of changing the values that sustain the new practices. Therefore, this paper aims to demonstrate the contribution of the concept of Social Imaginary in changing values and execution of a project of radical Solidary Economy. It is believed that the links between structure and culture, between practices and values should be inseparable, and have the social imaginary as a background and driving force.

Keywords: Solidary economy Imaginary. Culture. Subjectivity. Social values.

* Pós Doutora em Administração pela Fundação Getulio Vargas – FGV/SP. Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Belo Horizonte/MG/Brasil. Av. Antônio Carlos, 6627, s. 4033, Pampulha. Belo Horizonte/ MG. CEP: 31270-901. Email: appaula@face.ufmg.br

** Mestrando em Administração pela UFMG – Belo Horizonte/MG/Brasil. Email: dcalbino@yahoo.com.br

*** Mestrando em Administração pela UFMG – Belo Horizonte/MG/Brasil. Email: dimitritoledo@hotmail.com

**** Doutoranda em Administração pela UFMG – Belo Horizonte/MG/Brasil. Email: fernandatarabal@hotmail.com

***** Mestrando em Administração pela UFMG – Belo Horizonte/MG/Brasil. Email: leo.mascarenhas@gmail.com

***** Mestranda em Administração pela UFMG – Belo Horizonte/MG/Brasil. Email: admraquelf@hotmail.com

Introdução

*Minha dor é perceber
que apesar de termos feitos tudo o que fizemos
ainda somos os mesmos*
(Belchior)

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a Economia Solidária enquanto projeto político que realiza um contraponto à lógica do sistema capitalista. Ao resgatar essa perspectiva da Economia Solidária, o trabalho intenta contribuir para o estudo de formas alternativas de organização do trabalho que acenem como possibilidade à crescente precarização e exclusão geradas pelas formas de organização capitalistas.

A Economia Solidária consiste em novas formas de atuação que permitam a construção de redes de solidariedade e de igualdade, dentro de uma prática que se diferencie do modo de produção e/ou comercialização capitalista. Inserem-se nessa perspectiva diversos atores, dentre os quais cabe destacar: os empreendimentos econômicos solidários (que podem tomar diferentes formas, tais como experiências coletivas de agricultura familiar, empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão, cooperativas populares, associações de trabalhadores, grupos informais de produção, dentre outros), agentes públicos (gestores envolvidos com políticas públicas de inclusão social, legisladores etc.) e órgãos de apoio (ONG's, incubadoras de cooperativas populares, universidades etc.).

Essa nova perspectiva de atuação tem como finalidade a realização de objetivos sociais em detrimento do acúmulo do capital, buscando a inserção de indivíduos na teia social. Cavedon e Ferraz (2006) destacam que o desemprego e a exclusão social fizeram emergir da sociedade civil iniciativas que busquem a (re)inserção social, representando uma possibilidade para os excluídos do mundo do trabalho, uma forma alternativa de auto-sustentação de uma parcela da população que não encontrou seu espaço no modelo capitalista, seja por não ter as qualificações exigidas pelo mercado de trabalho, seja por seguir fundamentos ideológicos diferentes daqueles propugnados pelo modelo econômico vigente.

A Economia Solidária propõe, assim, um novo padrão de desenvolvimento humano. Trata-se de uma economia que confronta os interesses da reprodução do capital e do poder, pois possui caráter anticapitalista: ela não está aprisionada na lógica do capital, na valorização da premissa de que "quanto mais se tem, mais se quer", a qual, historicamente, substituiu o princípio do "suficiente me basta". Dessa forma, a Economia Solidária aponta para a compreensão de que a economia não é o fim supremo, mas apenas um instrumento que objetiva o sustento da vida e a melhoria da condição humana.

Para se conceber a Economia Solidária como proposta alternativa à lógica capitalista, muito tem sido feito no sentido de repensar todo o sistema estrutural da lógica do capital, considerando-se novos modos de estruturação das organizações, a possibilidade de tomada de decisões coletiva, a criação de tecnologias adaptadas às realidades dos empreendimentos alternativos, bem como o próprio controle da cadeia produtiva pelos trabalhadores. No entanto, essas mudanças estruturais se mostram insuficientes para suportar uma profunda transformação da realidade capitalista, uma vez que vários outros elementos, ligados a um processo de reconstrução do sujeito e da sua subjetividade, se fazem necessários nessa empreitada.

Prova disso são os diversos problemas enfrentados no interior dos empreendimentos de Economia Solidária, dentre os quais, podemos citar: a resistência dos trabalhadores em assumir cargos diretivos; a pouca ou inexistente preocupação dos trabalhadores com a qualificação profissional; e a baixa participação dos trabalhadores na tomada de decisões, mesmo podendo fazê-lo. Tudo isso se liga, diretamente, a questões como a naturalização da opressão e a reprodução de práticas e valores capitalistas no interior das novas estruturas criadas pela Economia Solidária, mas aponta, ainda, para outra direção: podemos falar de um "enclausuramento" do imaginário

dos trabalhadores, que atua obstruindo a construção de um novo modo de pensar e de se situar no mundo, amparado não mais por valores capitalistas, mas solidários. Em outras palavras, o ponto central deste artigo é examinar a relação possível entre imaginário e Economia Solidária. Acredita-se que uma efetiva transformação social requer não apenas a construção de novas estruturas sociais, mas também a criação de um novo imaginário capaz de sustentar novas práticas e olhares sobre a realidade.

Com o intuito de melhor esboçar as idéias aqui propostas, o artigo se encontra estruturado em três partes: na primeira, retomam-se as origens da Economia Solidária, suas definições e posicionamentos políticos. Em seguida, busca-se definir a concepção de imaginário, e demonstrar a sua importância na re-significação do trabalho e da vida dos sujeitos. Por fim, abordam-se alguns problemas da Economia Solidária, levando em consideração a necessidade de conjugar novas estruturas e novos valores para superá-los. O imaginário seria, neste contexto, o combustível responsável por operar a mudança de valores para uma nova economia e forma de vida.

A Economia Solidária

Origens

Como explicita Singer (2002), as origens do movimento da Economia Solidária remontam ao século XIX, ainda que nessa época não fosse concebida sob tal denominação. As primeiras experiências, as quais se concretizaram na forma de cooperativas, foram inseridas pelos socialistas utópicos e libertários, como Robert Owen, Saint-Simon, Louis Blanc, Fourier e Proudhon. Neste contexto, o cooperativismo surgiu como uma resposta ao espantoso empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. O pensamento desses autores visava à emancipação dos trabalhadores e à construção de um novo modelo de vida, com a proposta de formas alternativas de produção (SINGER, 2002; OLIVEIRA, 2006).

É interessante destacar que mesmo entre os socialistas utópicos e libertários havia divergências políticas, uma vez que alguns propunham a estruturação da sociedade por meio da parceria com o Estado (Blanc, Owen), outros pela destituição do mesmo (Proudhon, Fourier) e, ainda, havia aqueles que defendiam a busca da emancipação pela constituição de uma nova ciência (Saint-Simon). No entanto, esses autores comungavam de pontos em comum: a proposta de os trabalhadores se reunirem em associações e cooperativas e romperem com a estrutura assalariada, tornando-se donos dos meios de produção, com direito de participarem dos processos de decisão das organizações.

Assim, o cooperativismo do século XIX se pautou numa proposta autogestionária, na qual não haveria divisão do trabalho e, conseqüentemente, a separação entre o trabalho intelectual e o manual: todos seriam donos dos meios de produção e as decisões seriam tomadas de maneira coletiva. Essa proposta se concretizou em meados de 1844, com a constituição de diversas cooperativas, baseadas em tais ideais, e de várias comunidades cooperadas, como a dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, na Inglaterra. Contudo, o avanço do novo modo de estruturação foi visto como uma ameaça às elites, e, a partir de 1848, uma forte oposição e ataques de diversos Governos da época levaram as cooperativas a destituírem qualquer proposta política de contraponto à lógica do capital, convertendo-se em instituições apenas focadas na produção e geração de renda (FRANÇA; LAVILLE, 2004).

Mais recentemente, nas décadas de 1970 e 1980, retomou-se a proposta da Economia Solidária frente a um cenário marcado por dois fatores específicos. O primeiro diz respeito ao aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra em escala global. Observou-se uma contenção do segmento organizado do trabalho, principalmente dos setores assalariados regulares e homogêneos das empresas capitalistas. Além do desemprego formal, constatou-se a ampliação do segmento não organizado do trabalho, responsável por ocupações precárias e heterogêneas, oriundas de um setor informal. O segundo fator foi a busca por modelos alternativos de gestão ao sistema

capitalista, principalmente num contexto marcado pelo fracasso das propostas políticas de cunho social. Assim, militantes, em sua maioria anti-neoliberais, que vieram de diversos movimentos sociais críticos e engajados na construção de alternativas de organização social e laboral, encontraram na proposta de Economia Solidária uma saída política capaz de fazer frente ao capitalismo e gerar trabalho e renda para os setores excluídos da sociedade (POCHMANN, 2004).

Especificamente no Brasil, a Economia Solidária se tornou mais expressiva a partir das décadas de 1980 e 1990, quando o desemprego em massa já observado em escala mundial tornou-se uma realidade no país. Iniciativas como os PACs (Projetos Alternativos Comunitários) - criados pela Cáritas -, as cooperativas construídas nos assentamentos de reforma agrária pelo MST e as Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares são alguns dos projetos que contribuíram para a disseminação do movimento no país. Além destas, houve o surgimento de inúmeras cooperativas por meio da tomada de empresas em processo de falência, o que permitiu aos trabalhadores manterem seus postos de trabalho. Também foram criadas a Anteag - Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão - e a Unisol - União e Solidariedade das Cooperativas, as quais funcionavam (e ainda funcionam) no sentido de fomentar e contribuir com o movimento como um todo (SINGER, 2002).

Como explicitado anteriormente, diversos são os atores que compõem a proposta da Economia Solidária, embora essa breve retrospectiva histórica tenha ressaltado o papel fundamental desempenhado pelo cooperativismo. Nesse sentido, questiona-se: qual é o conceito de Economia Solidária? Existem divergências quanto à abrangência do mesmo? Quais são os objetivos dessa proposta? A fim de responder a essas indagações, recorreremos a concepções de alguns autores sobre a Economia Solidária.

A busca por um conceito de economia solidária

Segundo Lechat (2002), um dos primeiros autores a tentar definir o que vem a ser Economia Solidária foi Razeto (1999), em um ensaio teórico intitulado de *Economia de solidariedade e participação popular*:

Concebemos a economia de solidariedade como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção de comércio, financiamento de serviços etc. - que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. Trata-se de um modo de fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos, tanto no plano da organização da produção e das empresas, como nos sistemas de destinação de recursos e distribuição dos bens e serviços, e nos procedimentos e mecanismo de consumo e acumulação (RAZETO, 1999, p.40).

Pode-se observar que esta definição caminha para uma proposta de uma nova economia, estruturando-se via empreendimentos pautados em alguns valores solidários diferentes dos presentes na racionalidade econômica convencional. Outra conceituação para a Economia Solidária é a do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (s/d), que é um órgão formado por diversas entidades públicas, sociedade civil e movimentos sociais:

Por economia solidária se compreende um projeto emancipatório que não se restringe a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, mas trata-se de um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa. Ela se fundamenta na cultura da cooperação da solidariedade e da partilha, rejeitando as práticas da competição, da exploração e da lucratividade capitalista (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, s/d).

Esta conceituação, além de focalizar uma nova proposta de valores solidários, e se estruturar de maneira autogestionária, propõe também servir de plataforma política para uma nova sociedade. Compartilhando de tal vertente política sobre a Economia Solidária, Singer (2002) e Candeias (2005) apontam que seus elementos

vão além da proposta de geração de trabalho e renda, na qual predominam valores de gratuidade, da cooperação e da autogestão sobre a lógica do individualismo. Além disso, quando ocorre uma articulação dessas iniciativas econômicas populares com iniciativas de outros atores sociais, contribui-se para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo para a sociedade.

Já os autores França e Laville (2004), Franca (2008), Mance (1999) e Arroyo e Schuch (2006) acreditam que, além de ser um projeto político, que se estrutura para além do capital, a Economia Solidária pode ser estruturada via redes solidárias: “ela se estrutura a partir de empreendimentos que operam em qualquer dimensão de alguma forma associativista, como cooperativa ou associação, fórum, grupo, rede, etc.”. E que “a partir de empreendimentos solidários articulados em redes, surgem mercados solidários, como clubes de troca, atacadão solidário, moeda social e outras intervenções econômicas” (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 20).

Nestas tentativas de conceituação da Economia Solidária, podem-se traçar alguns pontos em comum: trata-se de um projeto que busca valores de solidariedade; se condensa no coletivo; se estrutura a partir de um modelo autogestionário; possui estratégia de produção voltada para as necessidades; baseia-se em tomadas de decisões coletivas; e defende distribuição de renda e capital eqüitativas. Verifica-se que as divergências quanto ao conceito se apresentam quando o tema é tratado ou na perspectiva de ser ou não um projeto de ruptura ao sistema capitalista, ou na perspectiva de como esses processos podem ser operacionalizados (pelo Estado ou por redes solidárias autônomas).

Existem dois grupos que divergem a respeito do papel da Economia Solidária como estratégia política. O primeiro, constituído por autores como Coraggio (2000), Gaiger (2000) e Razeto (1999), acredita que a Economia Solidária é um projeto de geração de renda e ocupação dos trabalhadores excluídos, e que possibilita, no máximo, a mudança de alguns pontos da cultura individualista para a solidária. Para esse grupo, a luta pelo capitalismo, dentro do sistema, inviabiliza um projeto político mais amplo, não permitindo que ele passe para um patamar de ruptura com o mesmo.

Por outro lado, autores como Singer (2002), Candeias (2005), França e Laville (2004) e Mance (1999) acreditam que a Economia Solidária pode ser um instrumento político de contraponto à lógica da Economia Mercantil. Trata-se, assim, de uma perspectiva que se alinha ao projeto cooperativista do século XIX. No entanto, esses autores se dividem quanto ao caminho a ser seguido para alcançar as transformações. Alguns partilham da concepção de que a concorrência pode caminhar com a cooperação, e que o Estado pode servir como um canal para o projeto político da Economia Solidária (SINGER, 2002). Outros, contudo, pregam que a Economia Solidária deve ocorrer de maneira autônoma, sem interferência do Estado, e abolindo qualquer proposta de concorrência com o capital. Para isto, se propõe, por exemplo, a estruturação das cooperativas vias redes solidárias (MANCE, 1999; FRANÇA; LAVILLE, 2004; FRANÇA, 2008).

Feita esta breve introdução sobre o surgimento da Economia Solidária e as diversas possibilidades de interpretação política da mesma, passaremos agora para uma demarcação conceitual de imaginário, bem como à análise da sua imbricação com a manifestação da subjetividade humana, para, em seguida, tentar precisar em que(ais) ponto(s) estes dois universos – Economia Solidária e imaginário – podem se tocar.

Reinventando a Realidade: o imaginário social

*“Não quero saber como as coisas se comportam.
Quero inventar comportamento para as coisas”.*
(Manoel de Barros)

Falar de imaginário é, antes de tudo, falar de imprecisão. O imaginário é algo que se mostra à nossa frente, mas que nos escapa por entre os dedos, quando tentamos agarrá-lo. Possui a capacidade de se liquefazer, de se manter sempre novo, incapaz de ser aprisionado por palavras. Sua morada é o *sem-fundo* do homem, o

infinito particular de cada um; ele é pura criação. Ruiz (2003) ressalta bem esse estatuto do imaginário:

A esse *sem-fundo* humano, tragicamente humano, denominamos de imaginário. Sua principal característica é a criação, e paradoxalmente ele possui a possibilidade de encolher-se, determinar-se, numa identidade finita e histórica. O imaginário humano é um manancial criativo que (*re*)sente o mundo de forma criadora; um mistério que emerge de nós na forma de criação (divina) e que transforma o húmus *insignificante* da natureza em mundo humanizado (RUIZ, 2003, p. 23-24).

Entender o imaginário dessa maneira implica em rever um aspecto ontológico fundamental que aponta para o modo como o homem percebe o mundo à sua volta. Explica-se: se o que define o imaginário é justamente a sua potencialidade criadora, o *sem-fundo* humano, então qualquer lógica de pensamento que considere a natureza como dada, ou seja, tendo o homem como um produto da sua realidade, deve ser abandonada. Essa abordagem objetivista da realidade pressupõe que o mundo é governado por leis já dadas e que compete ao homem tão somente explicar - e aceitar - o funcionamento da natureza. Nesse sentido, é impossível conceber o imaginário enquanto potência criadora e infinita, pois ele estaria sempre aprisionado pela lógica da natureza. Assim, é preciso outra visão sobre o real, que considere a possibilidade do homem produzir a sua própria realidade, para fazer emergir o imaginário. É preciso apelar para a condição de indeterminação do real.

Importante dizer que o abandono da ontologia da determinação não significa abandonar a racionalidade. O que se busca, na verdade, é reposicioná-la, subtraindo-lhe a condição de condutor central da existência humana para fazê-la conviver dialética e horizontalmente com o *sem-fundo*. Em outras palavras, o imaginário se faz pela constante tensão entre a racionalidade (aqui entendida como uma tentativa de *explicar* o real, por meio de leis, conceitos, correlações, objetividade e precisão) e a imaginação (no sentido aplicado à *invenção* do real, por meio das infinitas possibilidades abertas pelo manancial criativo do homem).

Nesse sentido, é importante destacar que o imaginário se configura tanto por sua natureza criadora, que produz um leque indefinido de representações por meio das quais o sujeito se insere no mundo e o transforma, como por sua determinação histórica, concretizada na sociedade. Tem-se, então, um dos trabalhos do imaginário: reinventar a realidade por meio de uma constante indefinição. Tal indefinição se ancora na própria concepção do imaginário. Para Ruiz (2003), o imaginário se apresenta como um aspecto insondável do ser humano, constitui o *sem-fundo* inescrutável da pessoa humana, não passível de cerceamentos absolutos e conclusivos - indeterminado. Pensar o imaginário em sua indeterminação remete a uma visão também indeterminada da sociedade: "será que a realidade existe num processo permanente e em certa forma aleatório, de realização, e subsiste em forma de indeterminação? Só há possibilidade de podermos pensar numa criação humana se a realidade é indeterminada" (RUIZ, 2003, p. 33).

Assim, o imaginário constitui o modo pelo qual o sujeito *recria* a sua realidade; ele percebe a natureza objetiva e racional das coisas e a transforma, colando novos sentidos criados num *sem-fundo* imaginativo. A esta operação cirúrgica corresponde a aventura humana: realizar breves e constantes incisões de insólito no real.

Pensar a realidade como algo indeterminado permite compreender que o humano e o sócio-histórico estão em permanente construção, pois não são frutos de uma evolução programada, nem mero desenvolvimento de uma essência ou teleologia implícita neles. Para Castoriadis (1982), a história não pode ser pensada segundo um esquema determinista, visto que o sujeito histórico é capaz de dar novas respostas às "mesmas" vivências, ou então criar novas situações; a história é domínio da criação, criação esta diretamente ligada às funções do imaginário. Ruiz (2003) defende que não se devem desconsiderar as determinações específicas do real, sejam as estruturas sociais, modos políticos, valores, leis, formas produtivas, idéias, costumes, dentre outros. Ou seja, pensar em uma ontologia da indeterminação não significa conceber a realidade como uma indeterminação absoluta, e sim assumir que as determinações manifestam a realidade por suas particularidades, sem esgotá-la. Segundo o autor, o ser humano e a sociedade são radicalmente inexplicáveis, porque sua raiz ontológica está impregnada pela indeterminação.

Não necessitamos, na qualidade de revolucionários, reduzir a história precedente da humanidade a esquemas simples. Precisamos, em primeiro lugar, compreender e interpretar nossa própria sociedade. E isso só podemos fazer relativizando-a, mostrando que nenhuma das formas da presente alienação social é fatal para a humanidade, já que elas nem sempre estiveram presentes - e não querendo transformá-la em absoluto e projetando, inconscientemente, sobre o passado esquemas e categorias que exprimem precisamente os aspectos mais profundos da realidade capitalista contra a qual nós lutamos (CASTORIADIS, 1982, p. 40).

Diante da indeterminação e concebendo a realidade como algo em construção, é possível se pensar na transformação. Transformação que passa pelos modos do fazer, pela *práxis*. Esta se relaciona ao fazer de forma que os outros sejam vistos como seres autônomos e considerados como agentes essenciais do desenvolvimento de sua própria autonomia, autonomia esta que deve ser pensada para todos, sendo concebida plenamente como empreitada coletiva. No entanto, para que a *práxis* realmente ocorra, é necessário que perpassa as vias do simbólico. Afinal, “tudo que o que se apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico” (CASTORIADIS, 1982, p. 142). O simbólico se encontra nas instituições, que só podem existir a partir do simbolismo. Nelas, as relações sociais são instituídas de maneira que transparecem como universais, simbolizadas e sancionadas. Dessa forma, para se conceber a mudança social pautada na *práxis*, esta tem de ocorrer não apenas na transformação estrutural, mas nas bases do simbólico, do imaginário. É o imaginário que impele sentido ao sócio-histórico, à realidade. É no imaginário que as instituições sociais se encarnam, se autonomizam.

A história é impossível e inconcebível fora da *imaginação produtiva* ou *criadora*, do que nós chamamos o *imaginário radical* tal como se manifesta ao mesmo tempo e indissolúvelmente no *fazer* histórico, e na constituição, antes de qualquer racionalidade explícita, de um universo de *significações* (CASTORIADIS, 1982, p. 176).

A (Re)Construção de um Imaginário Social na Economia Solidária: a emergência de um novo sujeito

Podemos nos perguntar de saída: por que pensar uma correlação entre imaginário e Economia Solidária? Mas antes de tentarmos uma resposta para este questionamento, é fundamental considerar as principais incoerências e ambigüidades que a Economia Solidária apresenta. E isso pode ser bem demonstrado quando se leva em consideração o fato das cooperativas viverem inseridas dentro de um sistema capitalista, que se mostra hegemônico em diversas categorias¹ - econômica, política e ideológica -, provocando algumas contradições que se manifestam na forma de:

- a) *Problemas estruturais*: divisão do trabalho, constituição de hierarquias, jornadas que excedem o tempo convencional, formação de quadros administrativos, decisões centralizadas nos “mais experientes”;
- b) *Problemas de valores individualistas x solidários*: a permanência do individualismo nas atitudes, nas distribuições de sobras e de tarefas; o desinteresse por participar das decisões;
- c) *Problemas gerenciais*: dificuldade de re-significar o conhecimento ou o uso da técnica para o novo contexto autogestionário; com isso, em busca da eficiência, se reproduzem instrumentos técnicos para a coordenação da cooperativa;
- d) *Problemas políticos*: ausência de fomento ou debate sobre valores da Economia Solidária, cooperativismo, associativismo, alienação, relações de poder no trabalho, bem como propostas de articulação de contraponto ao capitalismo;

¹ As propostas de tais categorias são apenas para fins didáticos; tentar clarear a exposição da temática. Não se busca em momento algum um reducionismo dos problemas da Economia Solidária a apenas essas categorias. Ainda, compreende-se que estas são mutáveis, tendo problemas que se apresentam em diversos itens categorizados.

- e) *Naturalização da opressão*: a permanência e reprodução do discurso de que a sociedade sempre se estruturou de maneira hierárquica, e que o fato de haver desigualdade na distribuição de rendas e tomadas de decisão é pela falta de capacitação e conhecimento do indivíduo;
- f) *Seqüestro do imaginário*: a impossibilidade de se pensar em algo que transcenda o sistema capitalista, visto que se acredita que ele é “dominante” e o sujeito não tem voz, nem vez. Nega-se, com isto, a possibilidade de se criar utopias.

Retomando as principais vertentes sobre a Economia Solidária, podemos constatar que se esta for vista apenas como uma possibilidade de geração e renda (CORAGGIO (2000); GAIGER (2000); RAZETO (1999)), desvinculada das propostas políticas, torna-se secundário levar em consideração esses fatores.

Entretanto, se postularmos a Economia Solidária como proposta que procura novas formas de se relacionar com o mundo, deve-se buscar, também, a ruptura com os valores e práticas que orientam o modo de vida capitalista. Se o que interessa é mais que uma forma de inclusão produtiva, almejando não apenas o combate à exclusão e superação do desemprego, mas também pavimentar um caminho possível para o homem re-significar o modo como percebe e se posiciona no mundo; se o que estiver em questão for uma tentativa de conferir ao sujeito a possibilidade de recriar a sua realidade, colocando-se nela não como um aprisionado e determinado por estruturas sociais, mas como um agente capaz de transformá-la à medida que colore com novos sentidos a sua própria existência, então, esses fatores limitantes e contradições precisam ser examinados mais detidamente.

Uma mudança estrutural com a dimensão da proposta pela Economia Solidária na sua concepção mais radical perpassa todo o conjunto de crenças, valores, expectativas e utopias que são construídos e mantidos pelos sujeitos. Deve se dar no bojo dos significados que são tecidos e colados aos fenômenos vivenciados pelo homem, de modo a torná-los sincrônicos e co-dependentes. Ou seja, a mudança, além de estrutural, precisa ser também cultural.

Desta maneira, se tomarmos como base a Economia Solidária como um instrumento político, devemos levar em conta os problemas levantados sobre duas óticas: estrutural e cultural. A primeira está ligada exatamente aos problemas estruturais, gerenciais e políticos. No atual cenário, as organizações que se estruturam no modelo de cooperativas e associações se deparam com diversos dilemas: como podem parar a produção para que todos decidam qual o preço do produto, qual a sobra que estimam, qual marca irão escolher para o produto? Como propor uma rotatividade de cargos, o fim da divisão do trabalho, sendo que este modo é o mais eficiente de gestão? Quando debater sobre política, sendo que se deve cumprir os prazos para atender aos clientes? Estes têm como causa principal, a necessidade da sobrevivência dentro do sistema, e, conseqüentemente, como sempre a busca pela eficiência. A superação desses problemas só pode ser alcançada se as cooperativas se estruturarem com base numa sociedade também autogestionária, visando ao fim da lógica da competição, e se condensando na cooperação (FLEURY, 1983; GUILERM; BOURDET, 1976). Por isso que autores como França e Laville (2004), França (2008) e Mance (1999) propõem a estruturação da Economia Solidária através de redes, e também a necessidade de todo o controle da cadeia produtiva.

Do ponto de vista cultural, nos deparamos com problemas como a naturalização da opressão. Para melhor compreensão desse problema, é interessante retomar as considerações de Motta (1981, p.18) a respeito da temática. O autor relata que o modo de produção capitalista permitiu a criação de uma visão unidimensional da realidade social. Esta visão levou à crença de que a separação entre dirigente e dirigido deve ser vista como algo natural, na medida em que exprime diferenças de competência, saber ou habilidade. Prega-se, agora, a necessidade dessa divisão de tarefas, e concentração das tomadas de decisões apenas na diretoria, pois é dado que é impossível que todos decidam sobre tudo.

Da mesma forma que a heterogestão naturalizou a função diretiva do capital sobre o trabalho, ela agora naturaliza a função diretiva do saber sobre o não saber, bem como coloca em princípios acessíveis os benefícios do saber pelo aprendizado, pela submissão, pela aceitação do universo, simbólico da organização, com seus mitos geralmente ligados à mobilidade social (MOTTA, 1981, p.18).

Assim, essa naturalização leva os trabalhadores a crerem que o fato de receberem salários bem inferiores aos de seus chefes e não poderem participar do processo decisório é normal, devido à sua falta de estudo e limitado conhecimento técnico. Motta (1981, p.24) ainda relata que essa unidimensionalidade não é algo apenas funcional, mas serve ao sistema capitalista como garantia de sua própria reprodução ampliada. A heterogestão permite a institucionalização da submissão, sob a máscara da autoridade necessária. Tal processo é realizado pelos próprios chefes, que criam um imaginário e uma cultura que legitimam sua posição, submetem os demais e ocultam, ainda, o poder por detrás da hierarquia e divisão do trabalho, ditas “técnicas ou ferramentas administrativas”. Dessa forma, o autor conclui que a heterogestão é um sistema administrativo carregado de interesses ideológicos:

A heterogestão não é senão o sistema administrativo que explicita, de forma mais clara, a relação dominante-dominado que permeia a estrutura organizacional e social. Assim, a heterogestão não apenas funciona como reprodutora das relações sociais, como também as naturaliza na medida em que a separação dominante-dominado ou dirigente-dirigido é fundamental em todo o ordenamento social (MOTTA, 1981, p.24).

Ora, estamos falando aqui de um problema que remete, inevitavelmente, à noção de imaginário: um sujeito encarcerado pelo imaginário capitalista está diante de nós. Como já expomos, ele não percebe a prisão simbólica que o limita, e reproduz uma forma de agir e pensar que só encontra respaldo no sistema mercantil. Esse sujeito se conforma em tentar responder questões que nem sequer colocou, porque não consegue perceber a possibilidade de reinventar a sua realidade; esse sujeito não consegue expressar a sua subjetividade por que suas vias de trânsito foram bloqueadas, tamponadas pela corrida produtivista e encerradas no porão escuro das coisas sem importância; esse sujeito morreu, mas não sabe, ou melhor, nunca existiu; é um não-sujeito que opera engrenagens simbólicas sincronizadas, cujo conteúdo não se adapta à forma que propõe. Vejamos essa temeridade mais de perto.

Todas essas questões levantadas parecem indicar que a ruptura com o sistema capitalista tradicional não se dará apenas com transformações estruturais: ela demanda, em igual intensidade e importância, a (re)construção de um imaginário que ampare e viabilize essas novas formas de se situar no mundo. Do contrário, corre-se o risco de ter essas iniciativas capturadas pelo imaginário do sistema mercantil.

A sobrevivência de um imaginário capitalista nas economias solidárias constitui, então, um dos principais problemas enfrentados por tais experiências. E de difícil combate, uma vez que se manifesta de infinitas e sutis formas: ela foi mantida e atualizada em um ordenamento social que nos atravessa inteiro, no qual fomos socializados e aprendemos a naturalizar essa lógica de pensamento. Uma lógica de pensamento que nos diz a todo momento: *é preciso ter eficiência e competir; o mercado comanda; precisamos nos adaptar e aproveitar as oportunidades; tempo é dinheiro; dinheiro é tudo.*

Com essa miopia, não conseguimos enxergar (criar!) novas formas simbólicas de nos relacionar. Criamos alternativas estruturais, mas preservamos uma mentalidade capitalista; continuamos querendo produzir e vender a qualquer custo. A consequência direta disso é a permanência de questões que pareceriam impróprias a uma economia que se pretende solidária.

Pois bem: aqui, uma pergunta parece inevitável e inadiável: como libertar o imaginário do julgo capitalista? Como fazer com que esse imaginário possa se exercitar em toda a sua plenitude, ensejando novas formas de significar a realidade?

Sem a pretensão de tentar predizer uma fórmula para libertar o imaginário da sua clausura, acreditamos, enfim, que a resposta perpassa um extenso trabalho de *pedagogia crítica* que, muito além de capacitar tecnicamente os trabalhadores para a *práxis* laboral, promova a desnaturalização das formas de opressão, suscite o questio-

namento e a crítica diante da realidade posta e estimule a expressão da subjetividade em todo o seu potencial, sem conformá-la às estruturas sociais vigentes.

Considerações Finais

Vimos até aqui como o sistema de economia mercantil promove a naturalização da visão de que os fatos são dados e não construídos pelo homem; como ele enfatiza a lógica da determinação, limitando a criação humana a uma mera adaptação; faz parecer assim impossível produzir e discutir política, ou criar aparelhos que permitam a efetiva participação de todos no processo decisório. Novamente, lembramos que os problemas relatados aqui são uma conjunção de diversos fatores limitantes, mas que muito deles parecem se ligar com a noção de imaginário - a crença de que é necessário competir com o capitalismo, a reprodução ou demanda inconsciente por hierarquias, ou a dificuldade de se modificar o imaginário unidimensional são bons exemplos.

Não queremos, com essa análise, reduzir os desafios enfrentados no âmbito da Economia Solidária às distorções simbólicas ou à falta de um imaginário viável. Com efeito, parece-nos evidente que o movimento enfrenta questões de ordem técnica e estrutural, igualmente, delicadas, como a definição de metodologias de capacitação, ou o escoamento da produção gerada. No entanto, o que queremos é enfatizar um aspecto muitas vezes negligenciado no exame das iniciativas solidárias e reafirmar a sua importância no trato de algumas questões que se colocam bastante perturbadoras no seio do movimento.

Assim, defendemos que ao tomar a Economia Solidária como uma possibilidade de transformação radical da realidade, deve-se juntamente com as mudanças estruturais - novas formas de organização e produção, nova legislação, novas técnicas e métodos de trabalho etc. - modificar, também, a cosmovisão capitalista que reina absoluta; ou seja, modificar o conjunto de crenças, valores, expectativas e utopias que suportam o modo como nos relacionamos com o outro e o que prezamos como sagrado ou profano. E essa mudança demanda, inevitavelmente, a libertação do imaginário das amarras psíquicas que condicionam a expressão da subjetividade dos sujeitos e a elaboração de novos sentidos e valores para a sua *práxis*. Do contrário, pode-se falar, no máximo, em uma pseudo-subjetividade, em uma forma que não se adequa ao conteúdo, na substituição de alguns valores² individualistas por outros solidários, mas que se dá sempre de modo precário, incompleto e ambíguo. Neste cenário, os trabalhadores ainda visualizam e pensam como capitalistas, e, sob o discurso de que o capitalismo é hegemônico e que absorve todas as propostas que tentam negá-lo, não conseguem construir sonhos e utopias.

Cabe, então, aos sujeitos envolvidos com o movimento da Economia Solidária recriarem os fatos que os cercam, dotá-los de novos significados e, acima de tudo, (re)construírem um imaginário que ofereça um novo horizonte simbólico às experiências em Economia Solidária, bem como liberte o sujeito para a expressão de toda a sua subjetividade e potencial criativo. Talvez, dessa forma, seja possível estabelecer experiências genuínas de uma Economia Solidária radical.

Referências

- ARROYO J.; SCHUCH F. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CANDEIAS C. *Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos*. Maceió: EDUFAL, 2005.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

² Vide a definição de Razeto (1999) sobre a Economia Solidária.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. "Tricotando as redes de solidariedade": as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre. *Revista Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 13, n. 39, p. 93-111, out./dez. 2006.

CORAGGIO, J. Questões debatidas. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.133-141.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Carta de Princípios*, s/d. Disponível em <http://www.fb.es.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2009.

FLEURY, M. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1983.

FRANÇA F.; LAVILLE J. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FRANÇA F. A via sustentável solidária no desenvolvimento local. *Revista Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 45, p. 219- 232, abr./jun. 2008.

GAIGER, L. Questões debatidas. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.191-198.

GUILERM, A; BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LECHAT, N. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. Disponível em <http://br.geocities.com/mcros07/20050316a_as_raizes_historicas_da_economia_solidaria_e_seu_aparecimento_no_brasil.htm>. Acesso em: 20 out. 2008.

MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOTTA, F. *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, B. *As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro*. 2006, 175f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

POCHMANN, M. *Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites*. *Mercado de trabalho*, IPEA, p. 23-34, 24 ago. 2004.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M; GUTIERREZ F. (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 34-58.

RUIZ, Castor Bartolomé. *Os paradoxos do imaginário*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

SINGER, P. *Introdução a economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Artigo recebido em 18/08/2009

Última versão enviada em 02/11/2010

Artigo aprovado em 24/09/2011